



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

### Interpelação Escrita

Uma deputada apresentou uma proposta de debate sobre a proibição do fumo nos casinos, o que revela, desde logo, a consideração que é dada por esta Assembleia ao sector dominante de Macau e à saúde dos seus profissionais. Lamentavelmente, essa consideração não tem a devida correspondência do Governo com uma resposta tempestiva, pois este mostra-se sempre receoso quando se discutem questões que envolvem as concessionárias do jogo. Até mesmo alguns destas apelaram para a proibição de fumar nos casinos, mas o Governo ainda não manifestou a sua posição sobre o assunto.

Com efeito, sempre que se discute sobre questões relativas aos casinos, o Governo não se mostra firme. Para além do fumo nos casinos, questão que se arrasta há já muito tempo, o Governo nem sequer tem vontade de restringir o acesso ao jogo por parte dos profissionais do sector, quando o vício em jogos de fortuna ou azar é mais grave do que o do tabaco. Segundo alguns dados, os trabalhadores dos casinos ocupam uma grande percentagem do número de jogadores patológicos, o que demonstra que mais facilmente caem no vício do jogo. Quando o Governo elaborou a lei de “Condicionamento da entrada, do trabalho e do jogo nos casinos” em 2012, alguns deputados defenderam que se devia proibir o jogo aos trabalhadores dos casinos, mas os dirigentes entenderam que as pessoas são livres de jogar, e que a lei não deve privar



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

apenas os trabalhadores dos casinos dessa liberdade. Segundo estes dirigentes, antigamente existia apenas uma concessionária que vedava o acesso dos seus trabalhadores ao jogo, uma imposição justificada por necessidades de funcionamento e não pela existência de qualquer lei. Assim, a referida lei de 2012 nada regulamenta sobre o acesso ao jogo por parte dos trabalhadores dos casinos. Passados dois anos após a sua publicação, a percentagem de jogadores patológicos entre os trabalhadores dos casinos é já bastante maior comparativamente a outros grupos, o que demonstra a gravidade da situação. Também se têm visto nos jornais notícias sobre furtos e jogo fraudulento praticados por profissionais do sector, em virtude da perda de dinheiro nos casinos. O Governo deve acompanhar esta situação, e proceder à revisão das leis correspondentes.

Também estamos preocupados com o envolvimento dos jovens nos jogos de fortuna ou azar. Macau é uma cidade cuja economia é dominada pelos sector dos jogos de fortuna ou azar, portanto, um dos deveres do Governo é promover campanhas de educação, com vista a evitar que os jovens joguem. Na minha opinião, essas campanhas a promover junto dos jovens não devem transmitir a ideia de “jogar moderadamente”, mas sim a ideia de “não jogar de todo e de nem sequer tentar jogar”. Infelizmente, ainda não se viu nenhuma tarefa concreta do Governo neste sentido, nos últimos anos.

Pelo exposto, interpele o Governo sobre o seguinte:



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

1. Macau é um cidade onde predomina o sector do jogo, portanto, há que promover, através da escola, a divulgação sobre os malefícios dos jogos de fortuna ou azar para os jovens, com vista a inculcar-lhes valores correctos, ou seja, para que não sejam ambiciosos e para que nem sequer tentem a sorte. O Governo não tem dado qualquer apoio nesta vertente, nomeadamente, a disponibilização de manuais, apenas promoveu alguns cursos sobre os malefícios do jogo destinados aos docentes. Os serviços competentes devem convidar profissionais para ajudar na elaboração de manuais escolares para a disciplina de educação cívica e social, no sentido de permitir que os alunos fiquem informados acerca do assunto, fortalecendo assim a sua capacidade para fugir do jogo. O Governo vai fazer isto?
2. Como os trabalhadores dos casinos facilmente passam a jogadores patológicos, o Governo deve rever, quanto antes, as leis correspondentes, no sentido de se vedar o seu acesso ao jogo. O Governo vai fazer isto? E antes da revisão dessas leis, deve exigir às seis concessionárias do jogo que definam regulamentos internos que proíbam o acesso ao jogo por parte dos seus trabalhadores, quer nos casinos da entidade patronal, quer nas outras concessionárias. O Governo vai fazer isto?

6 de Março de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Au Kam San